

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

CÓDIGO - 0025/1410



INSCREVA-SE

0025/1410 – 50º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS PARA ASSESSORES, VEREADORES E SERVIDORES

A Fiscalização do TCE/RS e Atuação dos Gestores Municipais, Processo legislativo, Inteligência Artificial, fiscalização de contratos (Lei 14.133/2021), orçamento e LRF, comissões e audiências, ética e compliance, transparência e LAI, comunicação institucional, participação social, prevenção de apontes TCE, inovação no parlamento, Revisão da LOM E RI

DATA DE INÍCIO: 14/10/25

DATA DE CONCLUSÃO: 17/10/25

📍 Porto Alegre

Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

GERAR PDF DA PÁGINA

📄 SOLICITAR PDF VIA WHATSAPP

Caso não gerar o folder em pdf, solicite via WhatsApp

INSCREVA-SE 📄

VEJA O TEMÁRIO 📄

RESERVE HOTEL 📄



Encaminhar no WhatsApp

**CURSO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE: ORÇAMENTO, CONTRATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE EM BOAS PRÁTICAS E RESPONSABILIDADE**

O 50º Encontro de Legislativos reúne vereadores, assessores e servidores em um evento completo, voltado para a atualização e o fortalecimento da atuação legislativa e administrativa. O curso aborda a fiscalização do TCE/RS e a atuação dos gestores municipais, o processo legislativo, a fiscalização de contratos conforme a Lei 14.133/2021, além de temas essenciais como orçamento, LRF, comissões, audiências públicas, ética, compliance, transparência (LAI), comunicação institucional, participação social e prevenção de apontes do TCE. O diferencial desta edição é a ênfase em inovação no parlamento e a revisão da Lei Orgânica Municipal (LOM) e do Regimento Interno (RI), garantindo atualização normativa e segurança jurídica na prática legislativa.

**METODOLOGIA**

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.

**INVESTIMENTO**

R\$ 1290,00

Política de cancelamento: ✕

Nos avise com 24h de antecedência. Não havendo cancelamento nesse prazo, poderá ser cobrada taxa.

Cursos gratuitos não têm taxa. Para cancelar: (51) 9999.1.5809 – Chamar no WhatsApp

**CARGA HORÁRIA**

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.

**PROGRAMAÇÃO****Terça-feira:**

11h – Credenciamento, Retirada de Material
14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h30min – 10h30min: Turno de Aula
11h: Entrega do Certificado.

**DADOS DE EMPENHO**

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0
ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre
EMAIL: financeiro@inlegis.com.br FONE: 51-3015-5809

**PÚBLICO ALVO**

Interessados no tema em geral: Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Pregoeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretaria de Administração, Controle Interno, Assessoria de Imprensa, Oficial de Gabinete, telefonista, recepcionista, atendimento ao público, técnico de informática e setor de informática, técnico em contabilidade, Atendimento Procons Municipais, Serviços Gerais e demais profissionais interessados no tema.

[QUERO ME CADASTRAR](#)

TEMAS DEBATIDOS NO TREINAMENTO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PODER PÚBLICO:

AULA | TERÇA-TARDE

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PODER PÚBLICO:

LIMITAÇÕES ESSENCIAIS

CONFERÊNCIA E REVISÃO DE TEXTOS

CORREÇÃO ORTOGRÁFICA E PADRONIZAÇÃO:

USO DE IA PARA APONTAR ERROS GRAMATICAIS E SUGERIR UNIFORMIZAÇÃO DE TERMOS.

DETECÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS FORMAIS:

CLÁUSULAS CONFLITANTES, REFERÊNCIAS LEGAIS DESATUALIZADAS OU OMISSÕES.

COMPARAÇÃO DE VERSÕES:

GERAÇÃO DE RESUMO AUTOMÁTICO DAS ALTERAÇÕES ENTRE MINUTA ORIGINAL E VERSÃO COM EMENDAS.

ELABORAÇÃO DE PARECERES E RELATÓRIOS:

ESTRUTURA PADRONIZADA DE PARECER

PESQUISA NORMATIVA AUTOMATIZADA: FORMATAÇÃO DE PROMPTS PARA QUE A IA RESUMA ENTENDIMENTOS DE TCE, STF E STJ RELEVANTES À DISCUSSÃO MUNICIPAL.

APRIMORAMENTO DO TEXTO JURÍDICO

IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS EM EDITAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS

CHECKLIST DE ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS:

CRIAÇÃO DE PROMPTS QUE LISTEM PONTOS ESSENCIAIS (OBJETO, CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO, PRAZOS).

DETECÇÃO DE VÍCIOS E LACUNAS

RELATÓRIO SINTÉTICO DE INCONSISTÊNCIAS

ANÁLISE DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DADOS FINANCEIROS

VERIFICAÇÃO DE DESVIOS E ERROS DE CÁLCULO

EXTRAÇÃO DE INSIGHTS RÁPIDOS

INTEGRAÇÃO COM FERRAMENTAS DE ESCRITÓRIO:

BREVE MENÇÃO AO USO DE COMPLEMENTOS (ADD-INS) QUE CONECTAM CHATGPT AO EXCEL/GOOGLE SHEETS PARA AUTOMAÇÃO DE TAREFAS ROTINEIRAS.

OFICINA DE “PROMPT ENGINEERING” PARA APLICAÇÕES LEGISLATIVAS

ELEMENTOS DE UM BOM PROMPT

DESTAQUE!

ÉTICA E COMPLIANCE

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional Econômico, em Direito Eleitoral e atualmente cursa MBA em Gestão de Negócios pela FGV. Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral.

INOVAÇÃO NO PODER PÚBLICO:

AULA | QUARTA-MANHÃ

INOVAÇÃO NO PODER PÚBLICO:

POR QUE INOVAR NO PODER PÚBLICO?

O QUE É INOVAÇÃO NO PODER PÚBLICO?

MITOS E VERDADES: INOVAR NÃO É SÓ USAR TECNOLOGIA CARA;

OS BENEFÍCIOS DIRETOS DA INOVAÇÃO;

COMO A INOVAÇÃO APROXIMA O PODER PÚBLICO DA COMUNIDADE;

A INOVAÇÃO COM MEIO DE TRANSFORMAÇÃO LOCAL.

EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS COM BAIXO CUSTO;

O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E DAS ESCOLAS COMO PARCEIROS DE INOVAÇÃO LOCAL;

COMO ENVOLVER A COMUNIDADE NAS DECISÕES COM FERRAMENTAS SIMPLES.

QUEM PODE SER PARCEIRO?

UNIVERSIDADES E POLOS DE TECNOLOGIA (MESMO À DISTÂNCIA);

EMPRESAS LOCAIS COMO APOIADORAS DE PROJETOS DIGITAIS;

JOVENS DA COMUNIDADE COMO ESTAGIÁRIOS PARA INOVAÇÃO;

INSTRUTOR



VALÉRIA SARAIVA

Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela UFRGS, Pós-Graduada em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente. Presta Consultorias e Mentorias nas áreas de Marketing, Vendas, Gestão e Relacionamento com Clientes e Públicos. Experiência de mais de 15 anos em mídias e grandes empresas do Brasil, como Grupo O Boticário e Grendene, com atuação nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Comunicação e Vendas.

INOVAÇÃO COM O QUE JÁ ATEMOS:

COMO USAR MELHOR AS FERRAMENTAS QUE JÁ EXISTEM:

– WHATSAPP COMO CANAL OFICIAL DE ESCUTA E PRESTAÇÃO DE CONTAS;

– GOOGLE FORMS PARA OUVIR DEMANDAS DA POPULAÇÃO;

– REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE DIÁLOGO E PRESTAÇÃO DE CONTAS;

AGENDA PÚBLICA DIGITAL: COMO TORNAR OS COMPROMISSOS OFICIAIS MAIS TRANSPARENTES SEM CUSTO;

USO BÁSICO DE PLANILHAS (GOOGLE PLANILHAS OU EXCEL) PARA ORGANIZAR DEMANDAS DA COMUNIDADE;

COMO MONTAR UM “BALCÃO VIRTUAL” COM FERRAMENTAS GRATUITAS.

COMO O ESTADO ESTÁ INOVANDO? E O QUE JÁ FUNCIONA EM CIDADES PEQUENAS?

INICIATIVAS DE INOVAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL;

PARCERIAS COM STARTUPS LOCAIS OU COM FOCO EM GOVERNO DIGITAL;

ASSOCIAÇÕES REGIONAIS, CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E COOPERATIVAS;

FERRAMENTAS E PROGRAMAS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL.

PASSO A PASSO PARA COMEÇAR A INOVAR AGORA:

5 PRIMEIROS PASSOS;

COMO IDENTIFICAR UMA DOR DA COMUNIDADE E BUSCAR UMA SOLUÇÃO SIMPLES;

PLANEJAMENTO PRÁTICO: O QUE DÁ PARA FAZER NOS PRÓXIMOS 30 DIAS;

COMO MENSURAR RESULTADOS DE AÇÕES SIMPLES;

COMO APRESENTAR INOVAÇÃO SEM RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO OU DA EQUIPE;

INOVAR SEM PARECER QUE ESTÁ “FAZENDO MARKETING”: COMUNICAR COM PROPÓSITO;

COMO OS ASSESSORES PODEM COLABORAR COM A TRANSFORMAÇÃO DO PODER PÚBLICO.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O ADEQUADO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES FISCALIZATÓRIAS PELOS VEREADORES E DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS PELOS GESTORES - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 -NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

AULA | QUARTA-TARDE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O ADEQUADO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES FISCALIZATÓRIAS PELOS VEREADORES E DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS PELOS GESTORES – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 -NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

AGENTES PÚBLICOS E SUAS FUNÇÕES DE CONTRATAÇÃO: GESTOR X FISCAL DO CONTRATO

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

DESTAQUES DE CLÁUSULAS NECESSÁRIAS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E O PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)

DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCIPAIS DESTAQUES ACERCA DE ALTERAÇÕES / ADITIVOS CONTRATUAIS

EXTINÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ENCARGOS INADIMPLIDOS PELO CONTRATADO

A FISCALIZAÇÃO DO TCE/RS E A ATUAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS: PREVENÇÃO DE APONTES E RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E DE CONTRATADOS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS EM RELAÇÃO A LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

INSTRUTOR



BRUNA SCHIFINO

Advogada, mentora e consultora na área de Licitações. Especialista em Licitações e Contratos Públicos. Experiência de 5 anos como pregoeira na EPTC. Foi Coord. de Setor de Licitações e Procuradora de Municípios.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

AULA|QUINTA-MANHÃ

PRINCIPAIS DESTAQUES DO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

APRECIACÃO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

PAPEL DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NA

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPF

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública.

em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

INSTRUTOR



MATEUS KLEIN

MBA em Concessões e Parcerias Público Privadas pela FESPSP e LSE (London School of Economics), é Mestrando em Direito pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV – LAW SP); é Especialista em Direito do Estado (Administrativo, Constitucional e Tributário) pela UFRGS, e Especializado em Direito Regulatório e Relações Governamentais, Coordenador Titular da Comissão Permanente de Infraestrutura da FEDERASUL e integra a Divisão Jurídica da entidade. É membro da Comissão Especial de Concessões, Parcerias Público Privadas, Licitações e Desestatização da OAB/RS.

FASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES:

INICIATIVA:

QUEM PODE PROPOR LEIS;

TIPOS DE INICIATIVA;

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.

FASE DE TRAMITAÇÃO E DELIBERAÇÃO:

COMISSÕES E PARECERES:

FUNÇÃO DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS;

ELABORAÇÃO DE PARECERES.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM PLENÁRIO:

DINÂMICA DAS SESSÕES LEGISLATIVAS;

TÉCNICAS DE ARGUMENTAÇÃO E CONVENCIMENTO.

SANÇÃO, VETO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

ELABORAÇÃO DAS LEIS;

PROCESSO DE SANÇÃO E VETO.

PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

FORMALIDADES APÓS A APROVAÇÃO;

PRAZOS E VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO.

REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

NATUREZA DAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS;

SIMETRIA COM CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E COM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1989;

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL:

ESTRUTURA;

NORMAS DE FUNCIONAMENTO;

RELAÇÃO COM O PROCESSO LEGISLATIVO.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, DE ACORDO COM O MARCO REGULATÓRIO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 13.019/2014:

AULA | QUINTA-TARDE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, DE ACORDO COM O MARCO REGULATÓRIO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 13.019/2014:

INTRODUÇÃO AO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

CONTEXTO E OBJETIVOS DA LEI Nº 13.019/2014;

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LEI Nº 13.019/2014;

SITUAÇÕES EXPRESSAMENTE EXCLUÍDAS DAS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 13.019/2014;

FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 13.019/2014.

TIPOS DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA:

TERMO DE COLABORAÇÃO;

TERMO DE FOMENTO;

ACORDO DE COOPERAÇÃO;

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DO INSTRUMENTO ADEQUADO;

EXEMPLOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO.

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PLANO DE TRABALHO, CONTEMPLANDO FORMAÇÃO DOS CUSTOS E FORMA DE PRESTAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO:

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS QUE DEVEM CONSTAR NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO;

EXIGÊNCIAS VEDADAS E EXIGÊNCIAS ADMITIDAS;

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO;

PROCEDIMENTOS;

CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSADO, DISPENSÁVEL OU INEXIGÍVEL – HIPÓTESES.

REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO E DE TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO E DE TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE NAS PARCERIAS

A FISCALIZAÇÃO DO TCE/RS E A ATUAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS: PREVENÇÃO DE APONTES E RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E DE PARCEIROS DE ANTE O TRIBUNAL DE CONTAS

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO:**AULA | SEXTA-MANHÃ**

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO:

O QUE É TRANSPARÊNCIA?

PUBLICIDADE É O MESMO QUE TRANSPARÊNCIA?

COMO SE DÁ O EQUILÍBRIO ENTRE TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO?

DESTAQUES DA LEI Nº 12.527/2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI):

DEVERES DO ESTADO, DE ACORDO COM A LAI

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LAI

DIREITOS DE QUAISQUER INTERESSADOS ESTABELECIDOS PELA LAI

INFORMAÇÕES MÍNIMAS A SEREM DIVULGADAS, DE ACORDO COM A LAI – TRANSPARÊNCIA ATIVA

LOCAL DE FÁCIL ACESSO E SITE / PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – TRANSPARÊNCIA PASSIVA

PREVENÇÃO DE APONTAMENTOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

DESTAQUES DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):

IMPORTÂNCIA DA EFETIVA IMPLANTAÇÃO DA LGPD NOS MUNICÍPIOS

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LGPD

EM QUE SITUAÇÕES É POSSÍVEL O TRATAMENTO E O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIRETO PÚBLICO?

INSTRUTOR**THAIS KRAHN**

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

VEREADORES E ASSESSORES

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VEREADORES E ASSESSORES LEGISLATIVOS

Apoio eficiente à atividade parlamentar e à administração da Câmara Municipal.

Garanta sua vaga e aprimore sua atuação no Legislativo com técnicas práticas de assessoramento e gestão.

INLEGIS
Consultoria e Treinamento

Início: 24/09/2025 Encerramento: 26/09/2025

0025/2409 – CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VEREADORES, ASSESSORES LEGISLATIVOS: APOIO EFICIENTE À ATIVIDADE PARLAMENTAR E À ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA (Módulo Reduzido 11h)

Redação de proposições, elaboração de pareceres e notas

OFICINA PRÁTICA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

OFICINA PRÁTICA – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS LICITATÓRIOS

Aplicação imediata conforme a Lei nº 14.133/21.

Participe de uma oficina prática para aprender a criar ETP, TR, DFD, PAC e outros documentos licitatórios utilizando ferramentas de Inteligência Artificial, de forma segura e eficiente.

INLEGIS
Consultoria e Treinamento

Início: 24/09/2025 Encerramento: 25/09/2025

4025/2409 – OFICINA PRÁTICA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS LICITATÓRIOS – ETP, TR, DFD, PAC E MUITO MAIS

Aplicações práticas da Inteligência Artificial na rotina de contratações públicas conforme a Lei nº 14.133/21;

PODER LEGISLATIVO

FORMAÇÃO ESSENCIAL PARA VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES

Treinamento indispensável para um mandato efetivo

Inscriva-se hoje e garanta vaga na turma com foco prático e certificado INLEGIS.

INLEGIS
Consultoria e Treinamento

Início: 30/09/2025 Encerramento: 03/10/2025

0025/3009 ORIENTAÇÕES E FORMAÇÃO ESSENCIAL PARA VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES – Treinamento Indispensável para um mandato efetivo

Bom atendimento, Inteligência Artificial no Legislativo; Comunicação com a sociedade (mídias sociais do mandato);

PODER LEGISLATIVO

FORMAÇÃO ESSENCIAL PARA VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES

Treinamento indispensável para um mandato efetivo

Inscriva-se hoje e garanta vaga na turma com foco prático e certificado INLEGIS.

INLEGIS
Consultoria e Treinamento

Início: 10/10/2025

1025/3 SEMINÁRIO CONTINUAÇÃO DO DOMÍNIO DA COMPRA ESTENDIDA

técnicas; Controle de pautas e sessões; Comunicação com o cidadão e com órgãos externos; Apoio na fiscalização e no acompanhamento de políticas públicas; Elaboração de relatórios e instrumentos de controle legislativo; Proatividade e ética no assessoramento parlamentar.

CÓDIGO: 0025/2409



Encaminhar no WhatsApp

Automatização e otimização da elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Termos de Referência (TR), Documento de Formalização da Demanda (DFD), Planejamento Anual de Contratações (PAC) e demais instrumentos obrigatórios; Modelos prontos, simulações e integração com plataformas digitais; Eficiência, segurança jurídica e inovação na atuação dos agentes públicos.

CÓDIGO: 4025/2409



Encaminhar no WhatsApp

Emendas Impositivas; Participação Popular e Audiências Públicas; Ouvidoria Pública; Transparência (LAI) e LGPD; Orçamento Municipal (PPA, LDO, LOA); Captação de Recursos e Parcerias; Storytelling de dados e Prestação de Contas.

CÓDIGO: 0025/3009



Encaminhar no WhatsApp



Outras opções de cursos:

